

## Após resgate, UE e FMI fazem alerta a bancos portugueses

Escrito por Administrator  
Qui, 11 de Junho de 2009 06:09

---



A União Europeia (UE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estão satisfeitos com os resultados obtidos após os três primeiros meses do empréstimo concedido a Portugal, mas alertaram para a necessidade de que o setor bancário aumente seu capital e reduza os efeitos do endividamento financeiro.

Em entrevista coletiva conjunta, os representantes da equipe formada por membros da Comissão Europeia (CE), do Banco Central Europeu (BCE) e do FMI constataram que superar a dificuldade dos bancos portugueses para ter acesso aos mercados é essencial para a recuperação econômica do país.

Rasmus Ruffer, representante do BCE, ressaltou que é necessário "cortar o vínculo entre o setor bancário e o público" para que o crédito se canalize aos "setores mais produtivos da economia". Portugal, que tem como meta reduzir o déficit de 9,1% para 5,9% no final do ano, já recebeu cerca de 20 bilhões de euros dos 78 bilhões de euros concedidos para os próximos três anos e se prevê que até o final deste ano receba outros 20 bilhões de euros.

Os representantes das três instituições, conhecidos em Portugal como "troika", comentaram que o sucesso do programa dependerá da abertura da economia portuguesa, que precisa criar novas empresas "dinâmicas" que criem emprego e aumentem a competitividade.

## Após resgate, UE e FMI fazem alerta a bancos portugueses

Escrito por Administrator

Qui, 11 de Junho de 2009 06:09

---

Paul Thomsen, representante do FMI, afirmou que o programa de resgate está "no caminho certo", mas apontou que os desafios "mais difíceis ainda estão por vir". Além disso, previu que a meta do déficit (5,9% para este ano) será alcançada, afirmando acreditar que, depois de três anos de auxílio, Portugal "conseguirá retornar aos mercados".

Já o chefe da delegação da Comissão Europeia, Jürgen Kroger, classificou a primeira avaliação do programa como "muito positiva" e destacou que o "importante" é reforçar a competitividade externa através da flexibilização do mercado de trabalho e da redução dos custos no sistema de saúde, entre outras medidas.

No entanto, a troika pediu um maior controle na gestão das despesas das regiões autônomas portuguesas, especialmente no caso do arquipélago da Madeira, e certificou o desvio nas contas públicas de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB), já confirmado pelo governo, e que será corrigido com novas medidas de corte.

### **Entenda**

No auge da crise de crédito, que se agravou em 2008, a saúde financeira dos bancos no mundo inteiro foi colocada à prova. Os problemas em operações de financiamento imobiliário nos Estados Unidos geraram bilhões em perdas e o sistema bancário não encontrou mais onde emprestar dinheiro. Para diminuir os efeitos da recessão, os países aumentaram os gastos públicos, ampliando as dívidas além dos tetos nacionais. Mas o estímulo não foi suficiente para elevar os Produtos Internos Brutos (PIB) a ponto de garantir o pagamento das contas.

## Após resgate, UE e FMI fazem alerta a bancos portugueses

Escrito por Administrator

Qui, 11 de Junho de 2009 06:09

---

A primeira a entrar em colapso foi a Grécia, cuja dívida pública alcançou 340,227 bilhões de euros em 2010, o que corresponde a 148,6% do PIB. Com a luz amarela acesa, as economias de outros países da região foram inspecionadas mais rigorosamente. Portugal e Irlanda chamaram atenção por conta da fragilidade econômica. No entanto, o fraco crescimento econômico e o aumento da dívida pública na região já atingem grandes economias, como Itália (120% do PIB) e Espanha.

Um fundo de ajuda foi criado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Central Europeu (BCE), com influência da Alemanha, país da região com maior solidez econômica. Contudo, para ter acesso aos pacotes de resgates, as nações precisam se adaptar a rígidas condições impostas pelo FMI. A Grécia foi a primeira a aceitar e viu manifestações contra os cortes de empregos públicos, programas sociais e aumentos de impostos.

Os Estados Unidos atingiram o limite legal de endividamento público - de US\$ 14,3 trilhões (cerca de R\$ 22,2 trilhões) - no último dia 16 de maio. Na ocasião, o Tesouro usou ajustes de contabilidade, assim como receitas fiscais mais altas que o previsto, para seguir operando normalmente. O governo, então, passou por um longo período de negociações para elevar o teto. O acordo veio só perto do final do prazo (2 de agosto) para evitar uma moratória e prevê um corte de gastos na ordem de US\$ 2,4 trilhões (R\$ 3,7 trilhões). Mesmo assim, a agência Standard & Poor's retirou a nota máxima (AAA) da dívida americana.